CISION

O Jornal Económico

ID: 81730675 | 26-07-2019 | Patentes e Propriedade Industrial

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Ocasional
Âmbito: Informação Geral

Pág: 2
Cores: Cor
Área: 24,00 x 27,53 cm²
Corte: 1 de 1

TENDÊNCIA

Empresas devem prestar mais atenção à defesa dos segredos comerciais

Portugal encontra-se na cauda da Europa no número de produção de patentes. Apesar do potencial de crescimento, os especialistas consideram que é preciso continuar a mudar mentalidades.

ANTÓNIO SARMENTO
asarmento@jornaleconomico.pt

Bloomberg

De acordo com o IP Statistics Data foram apresentados 663 pedidos de patente directamente em Portugal. No entanto, cerca de 80% desse número corresponde a pedidos provisórios de patente que, na maioria dos casos, não são convertidos em pedidos definitivos. "A nossa performance nas estatísticas de patentes continua a ser bastante desanimadora. O indicador económico que analisa o número de patentes por cada milhão de habitantes mostra que Portugal está cerca de 10 vezes abaixo da média da União Europeia. Ou seja, ao longo das últimas décadas, Portugal não tem conseguido convergir com o pelotão da frente (Alemanha, França, Reino Unido) em termos de produção de patentes", diz ao Jornal Económico Vasco Stilwell d' Andrade, advogado sénior da Morais Leitão.

Em Portugal, segundo elementos constantes da informação estatística do INPI, em primeiro lugar encontra-se o pedido de registo de patentes de Necessidades da Vida (30,9%), Química /Metalurgia (16,3%), Técnicas Industriais diversas; Transportes (14,6%) e Física (12,4%).

"Contudo, dada a natureza morosa do processo de registo de invenções, o número de concessões não acompanha o número de pedidos, muito embora se tenha vindo a verificar, nos últimos dois anos, um acréscimo no número de invenções nacionais concedidas, depois das quedas sucessivas verificadas desde 2012 (235 concessões)", acrescenta Bárbara Pestana, sócia da PMCM Advogados.

Já Manuel Moniz Pereira, da direção da Gastão Cunha Ferreira, salienta que ainda existe em Portugal o "mito" de que uma patente é um processo caro e burocrático. Ainda assim, realça a evolução registada.

"A nível de pedidos apresentados junto do Instituto Europeu de Patentes, em 2018 foram apresentados 220 pedidos por residentes em Portugal. Este número revela um crescimento impressionante face a 2017 (46,7%), sendo Portugal o país com o maior crescimento ao nível da zona euro. É, no entanto, um volume muito abaixo de alguns de outros países da zona euro, sendo o 29º país a nível de pedidos de patente europeia por habitante (21,2 pedidos por milhão de habitantes)".

No entanto, Portugal tem um grande número de pedidos de registo de marcas, sendo um número mais expressivo que o número de pedidos a nível de patentes. "Podemos assim concluir, que muitos dos pedidos de registo de patentes são efetuados sem uma análise critica, detalhada e consciente por parte dos cidadãos ou pessoas coletivas, refletindo a falta de apoio especializado e sensibilidade na área", esclarece Márcia Dias Lomba, associada da Antas Da Cunha ECIJA.

O relatório WIPO (World Intellectual Property Organization) de 2018 evidência um franco crescimento de pedidos de registo de patentes, a nível mundial. O maior número de pedidos de patentes adveio da Ásia, designadamente China, India e República da Coreia. "No que se refere a patentes nacionais assistimos a uma diminuição dos pedidos, mas a um ligeiro aumento de patentes europeias requeridas por residentes nacionais. Concluímos que Portugal, impulsionado pela crise, passou a apostar mais no empreendedorismo, sendo a propriedade industrial a sua base. Contudo, no momento, o investimento ainda fica aquém do desejável", afirma Sandra C. Sousa, advogada da RSN Advogados.

Nas áreas industriais, mais relacionadas com o registo de patentes de invenção, encontramos a medicina, a indústria farmacêutica, a digitalização ou as telecomunicações. "Portugal no quadro mundial é um país recetor de tecnologia mais do que um país emissor de tecnologia, mas existe qualidade empresarial, industrial e técnica para poder desenvolver indústrias no âmbito de licenças de exploração de patentes, o que é suscetível de criar valor, conhecimento e maior capacidade de exportação de produtos", explica Manuel Durães Rocha, sócio da Abreu Advogados.

Por que não se registam mais patentes em Portugal?

"Há causas várias para tal fenómeno: por um lado, faltarem incentivos adequados ao fomento da investigação, do empreendedorismo e da inovação; depois, também em decorrência directa desse défice, haver um menosprezar da importância em tratar e digerir informação deste cariz, assim como, naturalmente, os custos associados a tais pedidos, não só no momento do pedido em si, como na sua manutenção e, por fim, uma ainda deficiente percepção e divulgação do valor e importância económica da protecção da criação e da inovação, isto decorrente de um atraso cultural e científico ainda não recuperado e de falta de apoios vários", esclarece Carlos Pinto de Abreu, sócio fundador da Carlos Pinto de Abreu e Associados.

O registo de uma patente representa o culminar de um processo, muitas vezes longo, de investimento em investigação e desenvolvimento. "Muitas vezes o que sucede é que, devido à conjuntura económica do país, nem as entidades públicas, mais concretamente as universidades, nem as empresas possuem recursos financeiros suficientes para investir e aprofundar a inovação, mesmo sabendo que a mesma contribui de forma decisiva para o aumento de competitividade e de diferenciação nos mercados", esclarece Joana Mota, advogada de Propriedade Intelectual da UM-PC.

Para João Pereira Cabral, coordenador jurídico de PI da Inventa International, um dos requisitos para que exista uma patente é a existência de uma invenção técnica, ou seja, uma solução técnica para um problema técnico. "Diria que o reduzido número de invenções deverá ser a principal justificação para o reduzido número de Patentes com origem portuguesa. Adicionalmente, Portugal não tem muita tradição de uso do sistema de Propriedade Industrial o que, no entanto, me parece que tem mudado nos últimos anos", acrescenta o especialista.

Ainda assim, existe outros fatores que condicionam o número de registo de patentes em Portugal: o financeiro, a falta de competitividade e o desconhecimento. "Essencialmente, face ao custo que representa o pedido de registo marca ou patente, a grande maioria de PME não concebe benefícios que o justifiquem pois, na verdade, não se projeta como um *player* suficientemente competitivo. Consequentemente, preferem arriscar no mercado com produtos não registados ou patenteados", dizem Maria Guadalupe Videira, associada, e Francisco Colaço, sócio da Albuquerque & Almeida.

De acordo com Cláudia Xara-Brasil, agente da Propriedade Industrial e consultora da CCA, são vários os obstáculos ao aumento do número de registo de patentes. "Baixa cultura e reconhecimento das empresas no sistema de patentes como uma mais valia aos negócios, bem como fraco conhecimento do sistema de patentes pela população, incluindo insuficiência de promoção nas escolas e universidades". Esta especialista sublinha ainda que é "essencial que alguns dos casos de sucesso já ocorridos com vendas e licenciamento de patentes sejam do conhecimento público da maioria das pessoas, para passarem a acreditar que é possível".

Empresas devem defender-se

Na opinião dos especialistas, a Propriedade Industrial é considerada a base da economia da inovação. Aliás, as maiores empresas do mundo são também aquelas que têm mais portefólios de PI. "As nossas empresas ganhariam - e muito- em prestar mais atenção à defesa dos seus segredos comerciais e *knowhow*. Nem tudo é patente e o valor pode estar numa adequada politica de proteção dos segredos", explica Manuel Lopes Rocha, sócio e coordenador da área de Propriedade Intelectual, Marcas e Patentes da PLMJ.

A Propriedade Industrial é também considerada um ativo concorrencial e económico muito valioso para as empresas. "O registo de marcas é ainda hoje um elemento absolutamente essencial do portfolio de uma empresa. A este segue-se, em todas as empresas ligadas a áreas de inovação ou de criatividade, o portfolio de produtos. O custo de invenção, o investimento em busca de novas soluções técnicas, o investimento em design de qualidade só é devidamente recuperado e recompensado se as empresas estiverem alerta para a respetiva proteção. É inconcebível no quadro de concorrência a nível europeu e mundial que se desenvolva um negócio sem proteção dos direitos de propriedade industrial inerentes", conclui Ana Rita Painho, sócia da Sérvulo & Associados.